

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.381 - BA (2019/0016140-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR : ELIANE ANDRADE LEITE RODRIGUES E OUTRO(S) -**  
**BA014669**  
**RECORRIDO : MARIA HELENA DE OLIVEIRA FRANCA**  
**RECORRIDO : FRANCISCA SANTOS MOREIRA**  
**RECORRIDO : FLORA GARCIA DE MATOS**  
**ADVOGADOS : LUIZ RÁTIS MARTINS - BA008110**  
**DANILO SOUZA RIBEIRO E OUTRO(S) - BA018370**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado da Bahia, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia assim ementado (e-STJ, fls. 99-101):

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PEDIDO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE 11,98% (ONZE VÍRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO). URV. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. ARGUMENTOS IMBRICADOS COM O MÉRITO.

As preliminares, que sustentam a inépcia da inicial, discutem questões nitidamente imbricadas com o mérito, eis que atacam o próprio direito invocado pelas apeladas, e não matérias tipicamente processuais e que constituiriam a denominada defesa indireta.

Preliminar afastada.

PRESCRIÇÃO DO DIREITO AO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS PERCEBIDOS PELAS APELADAS. INOCORRÊNCIA.

Em se tratando de obrigação de trato sucessivo, afasta-se a incidência da prescrição quanto ao direito de fundo, reajuste dos vencimentos da apelada, prescrevendo-se de forma quinquenal, o direito ao recebimento, *in casu*, de parcelas, segundo o disposto no art. 178, §10, II e III do Código Civil de 1916, aplicável ao caso por força do art. 2.028 e segs. do Código Civil de 2002. Inteligência da Súmula 85 do STJ.

MÉRITO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE FUNCIONÁRIAS PÚBLICAS ESTADUAIS. CONVERSÃO ERRÔNEA DOS VALORES PELA URV. DIREITO À MANUTENÇÃO DO PODER AQUISITIVO. CABIMENTO. INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DE 11,98% (ONZE VÍRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO). INTELIGÊNCIA DO ART. 22, I, §2º DA LEI Nº 8.880/1994 C/C ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI ESTADUAL-BA Nº 10.400/2006. PRECEDENTES DO STJ E DO STF.

Quando elaborado o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituindo-se a Unidade Real de Valor (URV), através

# *Superior Tribunal de Justiça*

de medida provisória que resultou na criação da Lei nº 8.880/1994, foi expressamente assegurada a manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos funcionários públicos.

Portanto cabe deferir o reajuste dos vencimentos das funcionárias públicas apeladas no percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), decorrente do erro de conversão dos valores pela URV.

Inteligência do art. 22, 1, §2º da Lei nº 8.880/1994 c/c art. 6º, parágrafo único da Lei Estadual-BA nº 10.400/2006.

RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões, o insurgente sustenta violação do art. 22, I, da Lei n. 8.880/1994, ao fundamento de que "[...] a regra estabelecida para os servidores públicos foi de que a expressão de seus vencimentos em URV (unidade real de valor), no dia 1º de março de 1994, deveria corresponder à média aritmética dos valores encontrados pela conversão dos vencimentos dos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 pelo correspondente em cruzeiros reais a uma URV (unidade real de valor) no último dia desses referidos meses, INDEPENDENTE DA DATA DO PAGAMENTO" (e-STJ, fl. 134).

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, constata-se que o entendimento assentado pela Corte de origem se alinha à jurisprudência do STJ de que os servidores têm direito à diferença decorrente da conversão de seus vencimentos em URV, a ser calculada com base na Lei n. 8.880/1994, devendo, para tanto, ser considerada a data do efetivo pagamento, sendo devida a diferença, mesmo aos servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei n. 8.880/1994.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/1994. REAJUSTE DE 11,98%. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.880/1994. POSSIBILIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os servidores públicos, sejam federais, estaduais, distritais ou municipais, têm direito à diferença decorrente da conversão de seus vencimentos em URV, a ser calculada com base na Lei 8.880/1994, devendo, para tanto, ser considerada a data do efetivo pagamento.

2. É, também, firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a diferença relativa à conversão de cruzeiros reais em URV é devida inclusive àqueles servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei 8.880/1994, de modo que a data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor à revisão geral de seus vencimentos e correspondentes efeitos.

3. Recurso Especial não provido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(REsp 1.808.998/SP, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN,) DJe 18/6/2019)

Incide na hipótese o teor da Súmula 568/STJ ("O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

